

DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E DISCURSO ANTIECOLÓGICO NO BRASIL: BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)

DESTRUCTION OF NATURE AND ANTI-ECOLOGICAL DISCOURSE IN BRAZIL: BRIEF ANALYSIS OF THE ENVIRONMENTAL POLICY OF JAIR BOLSONARO'S GOVERNMENT (2019-2022)

Leandro Dias de OLIVEIRA
PPGGEO, Instituto de Geociências, UFRRJ
leandrodias@ufrrj.br

Norma da Silva Rocha MACIEL
Doutoranda PPGCAF, Instituto de Florestas, UFRRJ
normamaciel03@gmail.com

Resumo

Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018, com uma plataforma política que combinava beligerância e autoritarismo político, desvalorização de pautas identitárias e de movimentos sociais – de movimentos ecológicos, de luta pela terra e pela moradia, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, de mulheres, negros etc. –, associação mesquinha entre religião cristã e gestão política e pressupostos de um neoliberalismo maleável, cujo intento maior se revelou o rapto e destruição das estruturas organizacionais do Estado, com salvaguarda apenas de investimentos nas Forças Armadas. Neste sentido, a participação ativa das Forças Armadas na administração do Estado brasileiro representou não somente o aumento expressivo do número de militares em postos civis, mas também a ingerência direta em assuntos diversos, como as políticas ambientais, a proteção florestal e a gestão de áreas de preservação. Durante os quatro anos do Governo Bolsonaro, houve a defesa de um modelo de desenvolvimento ilimitado-avassalador, com importantes lideranças políticas promovendo a ideia da natureza como obstáculo ao progresso e saudando a poluição atmosférica, a construção de rodovias em áreas verdes, os agrotóxicos em geral e a dissolução das reservas indígenas. A vinculação do Serviço Florestal Brasileiro e da Agência Nacional de Águas ao Ministério da Agricultura, a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas, a interrupção no reconhecimento de novas terras indígenas e de terras quilombolas e o congelamento da criação de novas unidades de conservação, com o constante enfraquecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) revelam, entre muitos outros exemplos, destruição da natureza, o avanço das fronteiras da acumulação capitalista sobre a floresta e a opção pela extração violenta em lugar da preservação.

Palavras chave: Política Ambiental, Bolsonaro, discurso antiecológico, Brasil.

Abstract

Jair Bolsonaro was elected president in 2018, with a political platform that combined belligerence and political authoritarianism, devaluation of identity agendas and social movements – ecological movements, struggles for land and housing, indigenous people, quilombolas, LGBTQIA+, women, blacks etc. –, association between Christian religion and political management and assumptions of a malleable neoliberalism, whose main intention was revealed to be the abduction and destruction of the State's organizational structures, with only safeguarding investments in the Armed Forces. In this sense, the active participation of the Armed Forces in the administration of the Brazilian State represented not only a significant increase in the number of military personnel in civilian positions, but also direct interference in various matters, such as environmental policies, forest protection and land management. of preservation. During the four years of the Bolsonaro Government, there was a defense of an unlimited-overwhelming model of development, with important political leaders promoting the idea of nature as an obstacle to progress and welcoming atmospheric pollution, the construction of highways in green areas, pesticides in general and the dissolution of indigenous reserves. The linking of the Brazilian Forest Service and the

National Water Agency to the Ministry of Agriculture, the extinction of the Climate Change Secretariat, the interruption in the recognition of new indigenous lands and quilombola lands and the freezing of the creation of new conservation units, with the constant weakening of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMbio) reveal, among many other examples, the destruction of nature, the advancement of the frontiers of capitalist accumulation over the forest and the option for violent extraction instead of preservation.

Keywords: Environmental Policy, Bolsonaro, anti-ecological speech, Brazil.

Para Sophie, nossa esperança cotidiana de um futuro melhor!

1- Introdução

O horror causado pelos brutais assassinatos do indigenista brasileiro Bruno Pereira, servidor licenciado da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e do jornalista inglês Dom Phillips, que colaborava com jornais como The New York Times, The Guardian e The Washington Post, em 5 de junho de 2022, na Terra Indígena do Vale do Javari, no estado do Amazonas, ainda reverberam nas vidas de todos aqueles que trabalham por uma relação menos destrutiva para com a natureza. Temos reforçado insistentemente que tais assassinatos serviram para ilustrar didaticamente a barbárie que combinou retrocessos ambientais e beligerância institucional do Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro.

Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018, com uma plataforma política que combinava autoritarismo político, desvalorização de pautas identitárias e de movimentos sociais – de movimentos ecológicos, de luta pela terra e pela moradia, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, de mulheres, negros etc. –, associação mesquinha entre religião cristã e gestão política e pressupostos de um neoliberalismo maleável, cujo intento maior se revelou o rapto e destruição das estruturas organizacionais do Estado, com salvaguarda apenas de investimentos nas Forças Armadas. A participação ativa das Forças Armadas na administração do Estado brasileiro representou não somente o aumento expressivo do número de militares em postos civis, mas também a ingerência direta em assuntos diversos, como as políticas ambientais, a proteção florestal e a gestão de áreas de preservação. Durante os quatro anos do Governo Bolsonaro, houve a defesa de um modelo de desenvolvimento ilimitado-avassalador, com importantes lideranças políticas promovendo a ideia da natureza como obstáculo ao progresso e saudando a poluição atmosférica, a construção de rodovias em áreas verdes, os agrotóxicos em geral e a dissolução das reservas indígenas.

Com o término do governo Bolsonaro, torna-se fundamental realizar reflexões sobre o período, registrando as ações mais significativas de sua gestão e promovendo balanços históricos. Eis o objetivo central: realizar um breve balanço das ações ambientais do governo Bolsonaro. Com este intento, os objetivos específicos deste artigo são: (1) apresentar sinteticamente alguns retrocessos ambientais do governo federal de Jair Bolsonaro (2019-2022), que, ao contrário de seus antecessores pós-democratização, apresentou um discurso

explicitamente antiecológico; (ii) compreender, ainda que de forma ensaística e exploratória, as motivações para o ex-presidente do Brasil tratar com beligerância a questão ambiental durante sua gestão; e, por fim, (iii) refletir sobre a conjuntura geopolítica e geoeconômica que permitiram o governo de Jair Bolsonaro atuar fortemente na destruição de políticas e de ações ambientais de forma explícita. Metodologicamente, é realizada revisão bibliográfica com *papers* e matérias de agências oficiais e da imprensa que apresentam dados importantes sobre o período e uma reflexão interpretativo-analítica exploratória sobre o contexto e motivações de Jair Bolsonaro na esfera ambiental durante seu governo.

2- O Bolsonarismo e a barbárie ambiental brasileira

Com a chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto, sede do Governo Brasileiro (Brasília-Distrito Federal), os dados de desmatamento na Amazônia deram um grande salto. Números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostraram que a taxa de devastação da Amazônia, entre agosto de 2018 e julho de 2019, foi quase 3.000 km² maior que a divulgado no último ano do governo de Michel Temer¹. Segundo dados oficiais do Governo Federal, divulgado através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre 2020 e 2021, a área desmatada foi de 13.038 km², o que corresponde a 8 vezes a área da cidade de São Paulo (PEIXOTO, 2022). A simples divulgação dos dados pelo INPE fez com que Jair Bolsonaro demitisse o renomado Prof. Dr. Ricardo Galvão, então presidente da instituição².

De fato, o termo “desmatamento” se tornou comum nos noticiários nacionais e internacionais. No período, o Brasil obteve os maiores recordes já visto por muitas agências de monitoramento e se transformou em notícia em todo o mundo. Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON, 2023), o desmatamento na Amazônia atingiu a maior destruição dos últimos 15 anos, desde quando iniciou a série histórica da pesquisa no instituto, sendo só no ano de 2022 5 recordes de desmatamento consecutivos³. A defesa do uso de armas

¹ Desmatamento da Amazônia bate recorde no governo Bolsonaro (2023). **O Estado de Minas**, 07/01/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2023/01/07/interna_nacional,1441683/desmatamento-da-amazonia-bate-recorde-no-governo-bolsonaro.shtml. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

² O Prof. Dr. Ricardo Galvão protagonizou uma defesa icônica da ciência brasileira, de respeito ao trabalho dos pesquisadores integrantes da instituição e de postura firme de proteção da Floresta Amazônica, ao rebater as críticas públicas por parte do então Presidente da República acerca de um relatório sobre o desmatamento feito pelo INPE. O relatório apontava um significativo aumento no desmatamento da Amazônia, bioma situado em grande parte no território brasileiro e que foi, nos anos recentes, vilipendiado por incêndios criminosos. A forma segura, robusta e inequívoca da defesa dos cientistas do INPE, dos dados informados e da própria importância da preservação da Amazônia proporcionou grande destaque nacional e internacional ao Prof. Dr. Ricardo Galvão e fez com que o seu nome aparecesse como o primeiro da listadas dez pessoas consideradas mais relevantes para ciência em 2019, publicada pela revista científica britânica Nature (<https://www.nature.com/immersive/d41586-019-03749-0/index.html>). Devido a sua atuação em prol da ciência brasileira e da proteção da Floresta Amazônica, a UFRRJ outorgou o título de *Doutor Honoris Causa* ao Prof. Dr. Ricardo Galvão, em cerimônia realizada em 25 de setembro de 2023.

³ Amazônia perdeu quase 3 mil campos de futebol por dia de Floresta em 2022, maior desmatamento em 15 anos (2023). **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)**, 18 de janeiro de 2023.

dos mais diferentes calibres ainda permitiu clubes de tiro cercassem áreas indígenas e facilitassem a atuação de agromilícias na Amazônia (CASTRO, 2022).

Mas a Amazônia não foi o único bioma vilipendiado no período. O número de focos de incêndio no Cerrado foi o maior desde 2012 (RIBEIRO, ALBUQUERQUE, 2022). No Pantanal Mato-Grossense, 17 milhões de animais vertebrados morreram por causa das chamas, batendo recorde de queimadas no ano de 2020 (TOMAS et. al., 2021). Nas áreas da Caatinga, até 1.º de agosto de 2021, o número de focos de incêndio subiu 164% em relação a 2020 (FELLET, 2021).

A vinculação do Serviço Florestal Brasileiro e da Agência Nacional de Águas ao Ministério da Agricultura, a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas, a interrupção no reconhecimento de novas terras indígenas e de terras quilombolas e o congelamento da criação de novas unidades de conservação, com o constante enfraquecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (MELLO-THERY, 2019) demonstraram, entre muitos outros exemplos, a destruição da natureza, o avanço das fronteiras da acumulação capitalista sobre a floresta e a opção pela extração violenta em lugar da preservação (de OLIVEIRA, 2022).

Resta-nos indagar: *Qual a conjuntura geopolítica e geoeconômica nacional e internacional que permitiu o então presidente brasileiro Jair Bolsonaro atuar na destruição de políticas e de ações ambientais de forma explícita? O que explica o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro tratar com tanta beligerância a questão ambiental durante sua gestão?* São questões importantes sobre as quais é possível fazer algumas reflexões.

3- Geopolítica ambiental em tempos de crise econômica

Torna-se oportuno entender, ainda que linhas gerais, alguns fatos que ocasionaram os abalos recentes no prestígio da questão ambiental contemporânea. Longe de compreender que hoje a questão ambiental se trata de assunto de menor importância no xadrez geopolítico e geoeconômico internacional – o que, obviamente, não seria verdade –, é possível apontar que a década de 2010 foi perdida para o meio ambiente em escala global. Figuras políticas como Jair Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos, aproveitaram justamente o enfraquecimento da capacidade sedutora de concepções outrora redentoras como desenvolvimento sustentável e exploraram certas hipocrisias do modelo. Como temos apontado, em tempos de crise o meio ambiente sofre, e num mundo em instabilidade econômica em moto-contínuo, vilipendiar as riquezas da natureza não se revela uma novidade.

A última década se iniciou ainda sob os efeitos da crise financeira de 2007-2008, oriunda da crise dos subprimes, nos Estados Unidos, mas que repercutiu em toda a economia mundial. A forte onda de valorização dos ativos imobiliários, que adquiriu contornos de uma bolha

especulativa, estava vinculada à ampla liquidez oriunda destacadamente da política monetária vigente desde 2001 no país, viabilizada pela atuação das instituições financeiras privadas mediante a utilização de produtos financeiros estruturados de derivativos de crédito (BORÇA JR., TORRES FILHO, 2008). O desmoronamento dessa estrutura de bolha afetou todo o sistema bancário e financeiro e não apenas os empréstimos hipotecários concedidos para as famílias americanas, e abarcou desde os procedimentos de securitização, o papel das inovações financeiras na transferência e sua rastreabilidade, o controle interno de riscos até a própria organização do sistema geral de regulação bancária e financeira (de BOUSSIEU, 2008).

Além de ser a crise econômica mais severa desde 1929, também se tornou uma crise social: segundo os organismos internacionais, elevou o número de desempregados no mundo de cerca de 20 milhões para 50 milhões ao fim de 2009, diminuiu a renda dos pobres devido à manutenção dos preços internacionais de mercadorias alimentares em níveis elevados e ampliou o número mundial de pessoas desnutridas em 11% em 2009, superando, pela primeira vez, um bilhão de pessoas (BRESSER-PEREIRA, 2010). Desta maneira, o início da década de 2010 era marcado não somente pela crise econômica, mas também pelo aumento do desemprego, da pobreza, da miséria e da fome.

Foi nesse cenário que houve a convocação, em 31 de março de 2010, com a Resolução 64/236 da Assembleia Geral das Nações Unidas (GENERAL ASSEMBLY, 2010), da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Conhecida como Rio+20, a conferência ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Desde a sua convocação, a Rio+20 teve como escopo discutir o legado da Rio-92, principalmente no que se refere à implementação das propostas contidas na Declaração do Rio, na Agenda 21, na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e na Convenção sobre Diversidade Biológica.

Conforme já afirmamos anteriormente (OLIVEIRA, 2014, 2019), a Rio+20 confirmou algumas desconfiças sobre os descaminhos da geopolítica ambiental. Para começar, a conferência foi realizada em meio ao fortalecimento, mesmo que sem maior respaldo científico, dos questionamentos sobre o aquecimento global e outras mazelas ambientais. Numa década em que o *smartphone* permitiu uma troca acelerada de informações virtuais, o que parecia virtude também apresentou fortes efeitos colaterais: o questionamento à ciência em comunidades *on-line*, a popularização de informações duvidosas em redes sociais e o próprio obscurantismo científico em muitos fóruns, que também deram vazão a todo tipo de questionamento às agendas ambientais. Em meio às *fake news*, à crença no terraplanismo e aos não tão recentes movimentos antivacina, muitas pessoas, com os olhos vidrados em seus *smartphones*, passaram a duvidar dos impactos das queimadas florestais, da poluição em suas diversas formas ou das mudanças climáticas em nossas vidas.

Além disso, o uso intensivo da terminologia economia verde na Rio+20 representou um grave retrocesso, ao justapor no modelo econômico uma cor, uma tintura, uma forma de tingir a superfície do desenvolvimento praticado. Esverdear a economia não é transformá-la, mas praticar o *greenwashing*, uma apropriação burlesca de ações ambientais com objetivos

propagandísticos e igualar o desenvolvimento sustentável à sustentabilidade corporativa. Não menos importante, se confirmou a desconfiança sobre a proficuidade dos efeitos práticos de megaencontros diplomáticos dessa natureza, incapazes de resolver os problemas mais cadentes da humanidade.

4- A noção de economia verde e a vitória do desenvolvimento

A Rio+20 indicou a proposta de economia verde como caminho e o mercado como propulsor e financiador das ações ambientais globais. Isso acabou confirmado, de alguma maneira, na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento, realizada na cidade de Adis Abeba, em 2015, onde foi acordado que a atividade comercial privada se tornaria o principal motor do desenvolvimento; afinal, segundo os conferencistas, são nas grandes corporações globais que termos como investimento e inovação são fatores de produtividade, crescimento econômico inclusivo e criação de emprego (ADDIS ABABA ACTION AGENDA, 2015).

Três anos após a realização da Rio+20 ocorreu, em 2015, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, realizada entre 25 e 27 de setembro na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York, onde oficialmente foi aprovada a nova agenda intitulada “Transformando nosso mundo: a agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável” (GENERAL ASSEMBLY, 2015), elencando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (17 ODS) como um novo conjunto de ações de estímulo ao desenvolvimento, combate à pobreza e proteção ambiental.

A proposta dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não possui a mesma potência ideológica que documentos anteriores como o Nosso Futuro Comum (CNUMAD, 1988 [1987]) ou a Agenda 21 (CMMAD, 1996 [1992]). Além da discrepância de desenvolvimento econômico e capacidade de investimento entre os países do mundo, as ações ali presentes são maleáveis, selecionáveis e adaptáveis ao contexto político, interesse econômico ou conjuntura social envolvida. Além disso, é um conjunto de propostas irrealizáveis nas periferias do mundo, especialmente num prazo de 15 anos.

Com a crise econômica, desemprego e aumento da pobreza, a proposta de economia verde, tornada uma demão no modelo de desenvolvimento e um receituário irrealizável de ações especialmente nos países da periferia do mundo, constituiu um terreno fértil para que figuras políticas como Donald Trump e Jair Bolsonaro explorassem as contradições do tema e promovessem a defesa de um modelo de desenvolvimento ilimitado-avassalador. Eles acabaram representando em suas ideias grandes corporações antiecológicas de diversos ramos, como a armamentista e o minerador. Junto a esses grandes grupos, também atraíram com suas ações agentes ilegais de extração de toda a sorte de riquezas naturais, latifundiários e grileiros em busca de áreas florestais para ampliar seus territórios, investidores de empreendimentos

turísticos e de lazer que objetivam transformar áreas verdes em *resorts* e espaços segregados e mesmo jornalistas, pesquisadores, políticos, militares, líderes religiosos e todos aqueles que acreditam que a natureza é um obstáculo ao desenvolvimento.

5- O discurso antiecológico de Jair Bolsonaro

“Pelo amor de Deus, hoje um índio constrói uma casa no meio da praia e a Funai vem e diz que ali agora é reserva indígena. Se eu for eleito, vou dar uma foçada na Funai, mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho”⁴. (Jair Bolsonaro, 2018)

“Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem pra procriador ele serve mais. Mais de 1 bilhão de reais por ano é ‘gastado’ com eles”⁵. Jair Bolsonaro, 2020.

“A gente quer fazer ali, pretende com dinheiro de fora, transformar a Baía de Angra numa Cancún, mas o decreto que demarcou a Estação Ecológica só pode ser derrubado por uma lei. (...) Estamos conversando com vários governadores no sentido de nós nos unirmos e desmarcar muita coisa por decreto no passado para poder fazer com que o Estado possa prosseguir”⁶. Jair Bolsonaro, 2019.

“Só aos veganos que comem só vegetais [é importante a questão ambiental]”⁷. Jair Bolsonaro, 2019

⁴ Bolsonaro quer abolir Paulo Freire do MEC com "lança-chamas". **A Gazeta**, 1.º de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/brasil/bolsonaro-quer-abolir-paulo-freire-do-mec-com-lanca-chamas-0818>. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

⁵ XAVIER, Getulio. Bolsonaro repete ofensa que fez contra negros e quilombolas: ‘Tu pesa mais de 7 arrobas, né?’. **Carta Capital**, 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-repete-ofensa-que-fez-contranegros-e-quilombolas-tu-pesa-mais-de-7-arrobas-ne/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

⁶ ALTINO, Lucas; MAIA, Gustavo; SOARES Jussara. Bolsonaro reafirma plano de acabar com estação ecológica de Angra, mesmo após título da Unesco. **O Globo**, 11 de julho de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bolsonaro-reafirma-plano-de-acabar-com-estacao-ecologica-de-angra-mesmo-apos-titulo-da-unesco-23800064>. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

⁷ GARCIA, Diego. Questão ambiental é para veganos que só comem vegetais, diz Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, 27 de julho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/questao-ambiental-e-para-veganos-que-so-comem-vegetais-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

Diferentes autores têm corajosamente trazido para si a dura tarefa de interpretar o *bolsonarismo*, este fenômeno nauseante de apoio irrestrito à figura do antigo Presidente da República. O geógrafo Guilherme Ribeiro (2021), por exemplo, reforça que se trata da “*mais nova expressão do que há de mais antigo em nossa sociedade: autoritarismo e genocídio, violência e desmatamento, racismo e discriminação*”. O mesmo Ribeiro (2022) destaca que ainda que o bolsonarismo é o pesadelo mais sinistro da vida nacional desde o fim da ditadura civil-militar em 1985, e que esse projeto necropolítico deve também ser interpretado à luz dos novos *modi operandi* da extrema-direita em vários lugares do mundo. É, portanto, um fenômeno complexo, mas que exige reflexões – diversificadas, urgentes, inadiáveis, abrangentes, vigorosas – em variados caminhos de análise. Eleito com o apoio de grupos retrógrados-conservadores, especialmente o grupo político intitulado de Bancada BBB – que se refere aos representantes da bancada armamentista, ruralista e evangélica⁸ no Congresso Nacional do Brasil, Bolsonaro implementou um duro discurso antiecológico com base num modelo de desenvolvimento retrógrado e conservador.

André Scantimburgo (2018) lembra que o desmonte da agenda ambiental foi explicitado com a indicação dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Ambos sempre reforçaram a defesa de um modelo de desenvolvimento irrestrito e que todas as instituições de regulação ambiental *não passavam de antros de “ideólogos” conspiradores de esquerda*. Adriana Ramos (2021) lembra que, em agosto de 2020, em Washington, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, falou sobre a política ambiental do governo desdenhando do número de indígenas mortos durante a Ditadura Militar brasileira e reforçando a soberania sobre a Amazônia, ainda que às custas de seu desmatamento. Algo não tão diferente do que foi proferido pelo próprio Jair Bolsonaro em relação à preservação da Amazônia, quando disse que o Brasil é uma “virgem que todo tarado de fora quer”⁹.

Cordeiro, Novaes e Barcellos (2022, p. 263) são bastante objetivos:

A orientação política do governo Bolsonaro, no que se refere à questão ambiental, é pautada pelo favorecimento da apropriação e espoliação dos elementos naturais do país e dos territórios pelo capital, a partir de uma experiência autoritária com traços neofascistas, formada por uma coligação entre determinados setores do exército brasileiro, do agronegócio, de grupos neopentecostais e transnacionais da mineração, do hidronegócio, dentre outros ramos de *commodities*.

Para Barnabé de Oliveira Neto (2022), o governo Bolsonaro representou uma regressão da política e liderança ambiental do Brasil, por meio: do esvaziamento das competências de órgãos ligados à regulação e fiscalização ambiental e extinção de instâncias organizacionais

⁸ Bancada **BBB** refere-se à bancada armamentista (“da **b**ala”), bancada ruralista (“do **b**oi”) e à bancada evangélica (“da **B**íblia”) no Congresso Nacional do Brasil.

⁹ ‘Brasil é virgem que todo tarado de fora quer’, diz Bolsonaro. **Revista Veja**, 6 de julho de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/brasil-e-virgem-que-todo-tarado-de-fora-quer-diz-bolsonaro>. Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

relacionadas ao meio ambiente; da perseguição a indivíduos e grupos contrários ao governo na pauta ambiental; da exclusão de setores não governamentais da formulação de políticas ambientais; do retorno da obsessão pela questão Amazônica, nos moldes militares de soberania e desenvolvimento a todo custo; e do enfraquecimento do envolvimento do país nos compromissos internacionais relacionados ao meio ambiente.

É possível, sem ambicionar encerrar a questão, explicar três importantes motivos que fizeram o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro tratar com beligerância a questão ambiental durante sua gestão:

[1] As suas raízes no pensamento militarista, que envolve desde o tratamento da Amazônia como natureza-recurso até a defesa do desenvolvimento de grandes obras de infraestrutura. Jair Bolsonaro é Capitão da Reserva do Exército Brasileiro, formado em 1977 pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, Resende-RJ) durante a Ditadura Militar (1964-1985), quando teve fortes lições com base no discurso da necessidade de desenvolvimento econômico da Amazônia típico do período;

[2] A retomada de políticas neoliberais agressivas, que adequam a supremacia decisória do mercado e o autoritarismo político. É o geógrafo David Harvey, na obra *“A brief history of Neoliberalism”* (2005), quem aponta que as engrenagens do neoliberalismo combinam perfeitamente com autoritarismo e violência, e que os mecanismos violentos de despossessão revelam esse modelo beligerante de acumulação (HARVEY, 2004 [2003]);

[3] A opção pelo desenvolvimento ilimitado-avassalador, que preconiza processos de acumulação violenta e acelerada e modelos econômicos monocultores e neoextrativistas para exportação. A retomada de um modelo de desenvolvimento em moto-contínuo e sem preocupações ambientais combina a maneira avassaladora de uso das riquezas naturais com proletarianização extemporânea sob formas agressivas de precarização do trabalho e supressão de direitos sociais.

5 – Considerações finais

A década passada – uma década ambientalmente perdida! – se encerrou com o alastramento mundial da covid-19, a maior pandemia da história. Estima-se que quase 15 milhões de pessoas morreram vítimas da covid-19 apenas nos anos de 2020 e 2021 (MSEMBURI et. al., 2023). Foi uma colossal tragédia sanitária, econômica, política, social e ambiental. 2020

foi o pior ano da história, segundo Revista Time (ZACHAREK, 2020), por causa dos efeitos do coronavírus, mas também devido a outros fatores, como a profunda crise econômica mundial e por causa os diversos problemas ambientais, como os incêndios florestais australianos e no oeste americano e o novo ciclo de devastação no mundo.

A pandemia da covid-19 foi fruto do crescimento urbano inconsequente, do desenvolvimento econômico como meta hegemônica, da devastação florestal e despreocupação com as questões ambientais. Mas apesar da suscetibilidade de todos à contaminação pelo coronavírus, a pandemia da covid-19 mostrou que as condições sociais também influenciaram no número de contaminados e casos de letalidade, pois as medidas aparentemente simples de proteção – lavar as mãos, praticar o distanciamento social ou obter cuidados médicos – foram desafios para as camadas mais pobres. Como se não bastassem as condições sociais terríveis, muitos ainda enfrentaram a desinformação, o descrédito para com a ciência e o desincentivo aos cuidados básicos.

No Brasil, durante a pandemia da covid-19, Jair Bolsonaro propagandeou como solução o uso de cloroquina, ivermectina e outras drogas sem eficácia terapêutica comprovada, desdenhou do uso da máscara facial e do necessário distanciamento social e manteve posturas inomináveis e palavras desabonadoras em relação aos mortos e à dor de suas famílias. A incapacidade das camadas mais pobres da população de compreenderem o tamanho do perigo a que estavam submetidos ao saírem de suas casas no auge da pandemia e, mesmo entendendo o real perigo que estavam incorrendo, já não se importaram mediante a dureza de suas próprias vidas, apresenta o cenário no qual Bolsonaro angariou tantos apoiadores: o seu projeto de morte se alimentou da barbárie, da destruição da vida, do desespero, e atingiu aqueles que não possuem maiores perspectivas de vida, que infelizmente banalizam o sofrimento porque está presente em seus cotidianos. O incentivo ao uso de armas e à destruição das florestas, à mineração e ao escárnio contra as minorias encontra no desalento cotidiano e no imediatismo das necessidades – de segurança pessoal, por exemplo, onde o Estado praticamente inexistente – possibilidades de repercussão. Jair Bolsonaro é o retrato fiel da barbárie e o símbolo máximo desse período tão nebuloso e trágico.

Com o fim de sua gestão, Bolsonaro sequer teve a dignidade de seguir os ritos democráticos de passagem da Presidência da República para o candidato eleito, Luís Inácio Lula da Silva. Com a eleição de Lula, emergiram novas esperanças: a indicação da prestigiada ambientalista Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente e das lideranças indígenas Sonia Guajajara para o Ministério dos Povos Indígenas e Joênia Wapichana para a presidência da FUNAI foram sinais que nos permitem acreditar no fim do projeto antiecológico e de morte, da natureza e dos opositores do regime, e a retomada de uma política que ofereça possibilidades de sustentabilidade ecológica, justiça ambiental e proteção dos povos originários.

Da mesma forma que desejamos que politicamente Jair Bolsonaro se restrinja a se tornar um retrato em preto-e-branco na parede do Palácio do Planalto, como uma lembrança para que nunca mais coloquemos em perigo nossa jovem democracia, também torcemos que esse fim de

década tão terrível – com pandemia, crise econômica e tantas mazelas ambientais –, permaneça em nossa memória como um duro ensinamento para que as ações futuras não repitam os erros do passado.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo apoio ao projeto *Ecologia Política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável: implicações nas periferias metropolitanas* – ao qual este artigo é resultado – com Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ 2-CNPq) e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE-FAPERJ) a Leandro Dias de Oliveira. Somos gratos à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado de Norma Maciel.

Referências

ADDIS ABABA ACTION AGENDA (2015). Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development. Addis Ababa, Ethiopia, 13–16 July 2015, General Assembly, Resolution 69/313, United Nations, New York, 27 July 2015.

ALTINO, L.; MAIA, G.; SOARES J. (2019). Bolsonaro reafirma plano de acabar com estação ecológica de Angra, mesmo após título da Unesco. O Globo, 11 de julho de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bolsonaro-reafirma-plano-de-acabar-com-estacao-ecologica-de-angra-mesmo-apos-titulo-da-unesco-23800064>. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

AMAZÔNIA PERDEU QUASE 3 MIL CAMPOS DE FUTEBOL POR DIA DE FLORESTA EM 2022, MAIOR DESMATAMENTO EM 15 ANOS (2023). Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 18 de janeiro de 2023.

BOLSONARO QUER ABOLIR PAULO FREIRE DO MEC COM "LANÇA-CHAMAS" (2018). A Gazeta, 1.º de agosto de 2018.

BORÇA JR., G. R.; TORRES FILHO, E. T. (2008). Analisando a crise do subprime. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.15, n.30, p. 129-159.

BOISSIEU, C. de. "Introduction". In: ARTUS, P., BETBÈZE, J. P., DE BOISSIEU, C., & France (2008). Conseil d'analyse économique. La crise des subprimes. La Documentation française, Paris.

'BRASIL É VIRGEM QUE TODO TARADO DE FORA QUER', DIZ BOLSONARO (2019). Revista Veja, 6 de julho de 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C (2010). A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? Novos estudos CEBRAP, n. 86, pp. 51-72.

CASTRO, C. (2022). Clubes de tiro cercam indígenas e facilitam agromilícias na Amazônia. The Intercept Brasil [16/11/2022].

CMMAD (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) (1988 [1987]) *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CNUMAD (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) (1996 [1992]). *Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

CORDEIRO, M. S. S.; NOVAES, R. B.; BARCELLOS, S. B. (2022). A questão ambiental e o governo Bolsonaro: entre conflitos ambientais e ideias conspiratórias. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 2, p. 263-276.

DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA BATE RECORDE NO GOVERNO BOLSONARO (2023). O Estado de Minas, 07/01/2023.

FELLET, J. (2021). Por que a Caatinga vive explosão em número de queimadas. *BBC News Brasil*, 3 de agosto de 2021.

GARCIA, D. (2019). Questão ambiental é para veganos que só comem vegetais, diz Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, 27 de julho de 2019.

GENERAL ASSEMBLY (2010) of the United Nations. Resolution 64/236, adopted by the General Assembly [on the report of the Second Committee (A/64/420/Add.1)]. *Implementation of Agenda 21, the Programme for the Further Implementation of Agenda 21 and the outcomes of the World Summit on Sustainable Development*. 31 March 2010.

GENERAL ASSEMBLY of United Nations (A/RES/70/1) (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, 25 September 2015.

HARVEY, D. (2007). *A brief history of neoliberalism*. Oxford; New York : Oxford University Press.

HARVEY, David (2004 [2003]). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola, 2004 [2003].

MSEMBURI, W.; KARLINSKY, A.; KNUTSON, V. et al. (2023). The WHO estimates of excess mortality associated with the COVID-19 pandemic. *Nature* 613, 130–137.

MELLO-THÉRY, N. A. (2019) de. *Perspectivas ambientais 2019: retrocessos na política governamental*. Confins: *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 501.

OLIVEIRA, L. D. de (2014). *Rio+20: Reflexões sobre geopolítica e ideologia*. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano II, Número 4.

OLIVEIRA, L. D. de (2019). *Geopolítica Ambiental: A construção ideológica do Desenvolvimento Sustentável [1945-1992]*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344349857_Geopolitica_Ambiental_A_construcao_ideologica_do_Developolvimento_Sustentavel_1945-1992. Acesso em: 06/01/2023.

OLIVEIRA, L. D. de (2022). *Geografia econômica, meio ambiente e a luta pela vida*. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Ano XI, n.º 23, 2022.

OLIVEIRA NETO, B. L. (2022) *Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro*. *Novos Cadernos NAEA*, v. 25, n. 2, 2022.

PEIXOTO, R. (2022). *Área desmatada da Amazônia em 2022 é 8 vezes maior que a cidade do Rio mostra Imazon; marca é a pior em 15 anos*. *G1*, 18/10/2022.

RAMOS, A. (2021). *Amazônia sob Bolsonaro*. *Aisthesis*, n. 70, p. 287-310.

RIBEIRO, A.; ALBUQUERQUE, M. (2022). *Cerrado é o bioma mais atingido por focos de incêndios florestais em 2022*. *Correio Brasiliense*, 17/08/2022.

DE OLIVEIRA, L. & MACIEL, N. (2023). *Destruição da natureza e discurso antiecológico no Brasil: Breve análise da política ambiental do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)*. The Overarching Issues of the European Area, Moving towards efficient societies and sustainable ecosystems. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 21-32 DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-88-5/ovea1>

RIBEIRO, G. (2021). Resistência e esperança: lições em tempos de guerra. Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, Ano X, n.º 21.

RIBEIRO, G. (2022). A metapolítica do bolsonarismo: considerações sobre o modus operandi da extrema-direita brasileira. Continentes: Revista de Geografia UFRRJ, n. 20, p. 71-99.

SCANTIMBURGO, A. (2018). O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 52.

TOMAS, W. M. *et al* (2021). Distance sampling surveys reveal 17 million vertebrates directly killed by the 2020's wildfires in the Pantanal, Brazil. Scientific Reports, v. 11, p. 23547.

XAVIER, G. (2022). Bolsonaro repete ofensa que fez contra negros e quilombolas: 'Tu pesa mais de 7 arrobas, né?'. Carta Capital, 12 de maio de 2022.

ZACHAREK, S (2020). "2020 Tested Us Beyond Measure. Where Do We Go From Here?" Time, [05/12/20